O SENTIDO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL NO PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Heliani do Socorro Ferreira de Sá[1]

Celisse Maria de Oliveira Brito[2]

RESUMO

As atividades turísticas, estruturadas sob os princípios de sustentabilidade, trazem consigo o comprometimento de assegurar a ampla participação das comunidades autóctones nos processos de planejamento e execução do turismo. Cabe as comunidades locais atuar de forma integrada com os demais atores do turismo objetivando um desenvolvimento próspero e duradouro, minimizando impactos negativos e ampliando os resultados de sustentabilidade. O presente estudo pretende tecer uma análise sobre o sentido da inserção da comunidade nos processos de planejamento e execução do turismo. Para a produção deste trabalho recorremos a referências bibliográficas e a experiência acadêmica e prática, da autoria, no que se refere à experiência no ramo das segmentações compreendidas no turismo sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável; Turismo Sustentável; Planejamento Turístico; Comunidade Local.

ABSTRACT

The tourism activities, structured on the principles of sustainability, bring it with the compromising to assert a general participation of autochthonous communities in the planning process and execution of tourism. It is for local communities act in an integrated manner with the other actors of tourism objectifying a prosperous and durable development, minimizing negative impacts and enhancing the sustainability of results. The present study aims to weave an analysis of the direction of insertion of the receiving community in planning and execution of tourism. For the production of this work we resort to bibliographic references and the academic experience and practice in relation to experience in the field of segmentation included in the sustainable tourism.

---

[1] Bacharel em Turismo (UFPA/2007) e Especialista em Planejamento e Gestão do Ecoturismo na Amazônia (UFPA/2010).

[2] Bacharel em Turismo (IESAM/2010) e Especialista em Planejamento e Gestão do Ecoturismo na Amazônia (UFPA/2010).

Keywords: Sustainable development; Sustainable Tourism; Tourist Planning; Local Community

1 INTRODUÇÃO

Desenvolver os aspectos sustentáveis no turismo transcende a pressão por um desenvolvimento mais justo e menos predatório em seus destinos turísticos, visto que tal parâmetro tornou-se hoje condição, quase que unânime, no planejamento da atividade turística. A formulação de um projeto turístico inserido em um contexto de insustentabilidade é tido hoje, pelos estudiosos da área, como um modelo contraditório como menciona Cruz (2003, p. 30):

> Apesar de diversos autores ressaltarem os efeitos negativos do turismo sobre ambientes naturais, é preciso reconhecer que a degradação dos ambientes, de modo geral não interessa ao turismo porque este tem o espaço como principal objeto de consumo. A degradação de ambientes naturais ou urbanos provocada pelo turismo contraria a lógica de reprodução da atividade. Nesse caso, ou há algum erro estratégico de planejamento subjacente ao processo de apropriação dos lugares pela atividade ou, simplesmente, o planejamento jamais existiu.

O fato de a sustentabilidade torna-se pauta obrigatória no processo de planejamento turístico, não é fator que garanta o alcance das metas traçadas, uma vez que o amadorismo no processo de planejamento e monitoramento da atividade turística ainda é realidade em várias regiões do planeta.

Uma das bases fundamentais, que compõe o Turismo Sustentável e que constantemente enquadra-se erroneamente fora dos objetivos de planejamento, diz respeito à participação comunitária na ampliação do controle do desenvolvimento da atividade turística, através da garantia de sua participação ativa no planejamento e desenvolvimento do turismo.

O objetivo desse estudo é identificar qual a importância da participação das comunidades autóctones no processo de desenvolvimento turístico e como isso pode ser revertido em benefícios para as mesmas. Para a composição desta pesquisa realizamos um levantamento bibliográfico no que tange a conceitualização do turismo e sua inserção no contexto sustentável, priorizando os princípios de

sustentabilidade que dizem respeito à atenção quanto ao caráter do desenvolvimento endógeno e participação comunitária.

O Artigo inicia discutindo o conceito de turismo e a sua importância no mundo atual, perpassando pelas discussões sobre desenvolvimento sustentável, intensificadas a partir da segunda metade do século XX, em decorrência dos primeiros eventos questionando o futuro do planeta. Posteriormente, o enfoque se volta para a análise da participação popular na atividade turística decorrendo as considerações finais a cerca da proposta aqui estudada.

2 CONCEITUALIZAÇÃO DO TURISMO

A conceitualização do Turismo é algo que vários autores vêm debatendo há décadas e, no entanto, ainda não nos foi apresentado de forma consensual entre os vários autores que discutem sobre o assunto. Controversa essa, que podemos atribuir as muitas vertentes que o turismo se relaciona e o modo como cada uma delas interpreta a atividade turística.

De forma sintética, a Organização Mundial do Turismo – OMT (1994 apud IGNARRA 2003, p.13) considera que “o turismo engloba as atividades das pessoas que viajam e permanecem em lugares fora de seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por prazer, negócios ou outros fins”. Desse pressuposto, visualizamos o turismo como uma atividade dependente do deslocamento do indivíduo que a executa, de seu lugar habitual de moradia para um outro não habitual, impulsionado por razões diversas em um tempo finito.

Um conceito mais abrangente diz que o turismo é:

> O movimento temporário de pessoas para locais de destinos externos a seus lugares de trabalho e moradia, as atividades exercidas durante a permanência desses viajantes nos locais de destino, incluindo os negócios realizados e as facilidades, os equipamentos e os serviços criados, decorrentes das necessidades dos viajantes (MATHIESON E WALL, 1990 apud IGNARRA, 2003, p. 13).

A abrangência do cenário da infraestrutura local nesse conceito nos mostra o quão ainda distante encontra-se um conceito fechado sobre o turismo. Fato este

que não deve ser visto de forma negativa já que nos revela uma evolução nas discussões a cerca do turismo visando um melhor entendimento e adequando-se as constantes mudanças tecnológicas no mundo que nos trás a tona novos conceitos e entendimentos a cerca do estudo da atividade turística.

Cruz (2003, p.4) ressalta essa tendência afirmando que:

> O turismo, que, antes de qualquer coisa, é uma prática social, vem mudando de sentido ao longo da história e cada nova definição consiste em nova tentativa de se conceituar algo que tem, reconhecidamente, uma dinâmica inquestionável.

No contexto atual, o turismo é tido hoje como uma atividade econômica das mais importantes e crescentes no mundo. Outra característica importante, que deve fundamentar e reger o turismo, diz respeito à capacidade que ele tem de acarretar consigo os mais diversos impactos, tanto negativos como positivos nas comunidades autóctones onde este é desenvolvido. Para isso, o planejamento da atividade turística é fator determinante para o direcionamento que a atividade turística pretende ter em um determinado local para que traga consigo atividades turísticas que envolvam os princípios sustentáveis.

3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A busca pelo desenvolvimento era tida como objetivo desde a época da Revolução Francesa em 1789, em que os Iluministas acreditavam que o progresso seria a solução para a cura de todos os males da sociedade. Tal idéia era tão difundida pelo capitalismo e tomava tantos adeptos que o questionamento quanto às garantias de suas bases de sustentação não foram questionadas durante anos. O desenvolvimento era alcançado por poucas localidades em detrimento de outras, pois as segundas serviam apenas como suportes para as primeiras, reproduzindo no mundo a pobreza, a diminuição dos recursos naturais, a expansão urbana descontrolada e o desemprego.

Na segunda metade do século XIX, o mundo começava a reconhecer as primeiras consequências de um desenvolvimento econômico desordenado e ameaçador dos recursos naturais. Começou a perceber a degradação ambiental e

suas prejudiciais consequências, fato que impulsionou estudos e as primeiras reações quanto ao advento de novos métodos que objetivasse a diminuição dos danos ambientais, sociais e culturais que ali começavam a evoluir.

Sobre a questão comenta Boulhosa (2001, p. 15):

> Vimos por um lado, as sociedades alcançando o progresso econômico e tecnológico, mas por outro, a reprodução contínua dos problemas ambientais em suas mais variadas facetas – poluição, destruição da camada de ozônio, extinção de espécies, desigualdade social, miséria, desemprego, violência, guerras, entre outros- comprometendo sensivelmente a qualidade de vida das populações.

A questão tratada por Boulhosa refere-se a "crise ambiental", decorrente de tal modelo de crescimento econômico que trouxe consigo um desequilíbrio nunca visto antes: por um lado a riqueza no mundo atinge níveis nunca antes alcançados e por outro a degradação ambiental e os problemas sociais acentuaram aumentando dia após dia. Porém, com a crise veio também às propostas de mudanças, elaboradas por segmentos preocupados com a atual situação do planeta.

Becker (1997, p. 16) comenta sobre a tomada de consciência observando o comprometimento do meio ambiente e da vida humana:

> A noção de desenvolvimento sustentável tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da "insustentabilidade" ou inadequação econômica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas. Esta noção nasce da compreensão da finitude dos recursos naturais e das injustiças sociais provocadas pelo modelo de desenvolvimento vigente na maioria dos países.

As discussões sobre a problemática ambiental ganhavam mais força, e em 1968, em Roma, nasce o Clube de Roma. Tal grupo era composto por pessoas apreensivas com os problemas gerados pelo crescimento global e possuía representantes de mais de 60 países, tinha como presidente, Dennis Meadows. Seus estudos renderam um livro lançado em 1972, denominado de "Limites do Crescimento" no qual, apresentava previsões preocupantes a cerca do esgotamento dos recursos naturais. Afirmava que se os níveis de industrialização continuassem aumentando em detrimento dos recursos naturais, o planeta atingiria o limite de desenvolvimento em no máximo 100 anos, fato que resultaria em uma brusca

diminuição da produção industrial e automaticamente, acionando sérios impactos que comprometeriam a vida humana na Terra.

A publicação do Clube de Roma foi considerada por muitos como alarmistas, porém certamente serviu para influenciar setores importantes da sociedade, os quais constantemente usavam o documento em debates, impulsionando novas propostas para o desenvolvimento menos impactante.

Em 2 de julho do mesmo ano, foi realizado em Estocolmo na Suécia, a Conferência das nações Unidas Sobre o Meio Ambiente Humano, este considerado o primeiro evento de grande conotação no cenário mundial a cerca das questões ambientais. A Conferência chamou atenção para o planejamento integrado de crescimento econômico aliado ao respeito do meio ambiente, além de colocar em discussão um novo conceito exposto naquela ocasião. O secretário geral da Conferência, Maurice Strong, utilizou o termo “ecodesenvolvimento” pela primeira vez, em uma tentativa de integrar desenvolvimento e meio ambiente.

Para Freitas (2004, p. 172) ecodesenvolvimento é:

> O desenvolvimento das populações por elas mesmas, utilizando os meios dos recursos naturais disponíveis, adaptando-se ao meio ambiente que elas transformam sem destruir. Seria a existência de uma planificação, que deveria permitir um equilíbrio dos poderes entre a marcha do mercado, do Estado e da sociedade civil, conforme o perfil desta última.

Para Sachs (1986, p.42) o ecodenvolvimento tenta:

> [...] reagir à moda predominantes das soluções pretensamente universalistas e das fórmulas generalizadas. Em vez de atribuir à ajuda externa, dá um voto de confiança à capacidade das sociedades humanas de identificar os seus problemas e de lhes dar soluções originais, ainda que se inspirando em experiências alheias. Reagindo contra as transferências passivas e o espírito de limitação, põe em destaque a autoconfiança.

Segundo Viola et al. (2002, p. 54) afirmam que o ecodesenvolvimento “Preconiza uma questão mais racial dos ecossistemas locais, gestão esta que deveria incluir a valorização do know-how e da criatividade endógena das comunidades”.

O ecodesenvolvimento é, portanto, uma maior integração da comunidade aos processos produtivos e econômicos de suas localidades, devendo estes,

estarem à frente de todas as decisões visando o desenvolvimento e, paralelamente estabelecendo limites para o uso dos recursos naturais. Esta questão deve ser levada em consideração, assumindo assim, um compromisso de desenvolvimento e crescimento econômico fundados no uso racional das suas bases de sustentação.

Esses primeiros debates foram os primórdios do que hoje é considerado o termo "desenvolvimento sustentável". Contudo, em 1987 foi criado o primeiro conceito oficial. Na ocasião foi divulgado o relatório "Nosso Futuro Comum" ou "Relatório de Brundtland"[3], elaborado pela Comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CMMAD, a pedido da Organização das Nações Unidas - ONU. Tal documento foi resultado de mais de três anos de trabalho, o qual debatia sobre a conservação da natureza e o desenvolvimento no mundo. Definia o desenvolvimento sustentável como: "aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades" (CMMAD, 1987, p. 6).

O relatório Nosso Futuro Comum é considerado um marco nas discussões sobre meio ambiente, chamou a atenção para o fato de que o desenvolvimento e o crescimento econômico resultam no comprometimento dos ecossistemas e que por isso, o meio ambiente não pode ser visto separadamente. Seria necessária uma forma mais consciente para que tal desenvolvimento acontecesse, sem o comprometimento dos recursos esgotáveis do planeta, e com isso, evitar o surgimento de grandes prejuízos na qualidade de vida das gerações futuras, questão que alavancou as idéias de desenvolvimento sustentável.

Com a realização de vários eventos posteriores, em que o tema do desenvolvimento sustentável tornava-se o principal assunto dos debates, o conceito tomava ampla divulgação e se difundia entre vários atores da sociedade, sendo possível a observação da evolução do conceito, cuja inclusão dos fatores econômicos e sociais se instauram como mostra Magalhães, Andrade e Dias (2005, p. 19):

> O desenvolvimento sustentável pode ser definido como uma modalidade de desenvolvimento que se preocupa com a satisfação das necessidades

[3] O Relatório recebeu este nome devido a sua presidente, Gro Helem Brundtland, que na época, também era primeira-ministra da Noruega.

> atuais das populações, sem, entretanto, comprometer as necessidades das gerações futuras. Isso significa que ele deve ser ecologicamente equilibrado, socialmente justo e economicamente viável.

Devemos salientar que o desenvolvimento sustentável não significa ações de paralisação das atividades econômicas, mas sim, uma melhor forma de planejamento que vise o aproveitamento dos recursos naturais sem excesso, sobre o assunto comenta Figueiredo (1996, p. 16):

> O conceito de desenvolvimento sustentável não implica a idéia de não-desenvolvimento ou desenvolvimento zero; pressupõe apenas a necessidade de se deter o consumo excessivo. De fato, esse conceito pressupõe um desenvolvimento que auto-sustente, através da preocupação com a capacidade de suporte da natureza, e ainda transferindo a noção de desenvolvimento econômico para uma visão mais geral que inclua a natureza, as sociedades, as culturas, em fim, um desenvolvimento sócio-econômico equitativo e holístico.

Vale esclarecer neste momento, o que vem a ser crescimento e desenvolvimento, tidos muitas vezes como sinônimos, mas que são palavras com sentidos distintos. O crescimento não significa automaticamente igualdade social, visto que não leva em consideração nenhum aspecto de melhoria da qualidade de vida que não seja o acúmulo de riquezas, geralmente encontrados em uma parcela reduzida da sociedade. O desenvolvimento, também se avalia através da geração de riquezas, porém objetivando uma melhor distribuição da mesma, refletindo em uma melhor qualidade de vida dos indivíduos, considerando, portanto a qualidade ambiental e social do planeta como elementos essenciais para o desenvolvimento humano.

4 O TURISMO SUSTENTÁVEL E PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Já têm décadas que os apelos de segmentos ambientalistas da sociedade em relação à cobrança de parâmetros de desenvolvimento menos impactantes e predatórios dos recursos naturais vêm sendo aclamados e levados em consideração pela opinião pública. Nesse contexto, o turismo é apontado muitas vezes como um segmento econômico de grande influência negativa para o meio ambiente e causador de graves problemas sociais nos destinos turísticos. Com uma proposta de

reverter essa constatação e de se adequar ao novo conceito de desenvolvimento, baseado na sustentabilidade, o turismo se reestrutura sobre uma vertente branda: O Turismo Sustentável.

O Turismo Sustentável, segundo as palavras de Machado (2005, p. 27):

> [...] inclui estratégias, atividades e práticas de negócio ambientalmente responsáveis, atendendo as necessidades do visitante, do operador e do empreendedor do setor. O foco da atividade está dirigido aos cuidados de proteção, sustentabilidade e valorização dos recursos utilizados, sendo esta uma prioridade global, edificada em princípios e critérios básicos. A estrutura deve ser capaz de gerar a excelência ambiental.

Em tal citação, Machado deixa de lado um aspecto muito importante na concepção do conceito de Turismo Sustentável que é o envolvimento das comunidades locais no processo de estruturação de um turismo mais justo. Para Molina (2001, p. 183), existem nove princípios que devem reger a sustentabilidade:

- Respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos;
- Melhorar a qualidade de vida humana;
- Conservar a viabilidade e a diversidade na Terra;
- Reduzir ao mínimo o esgotamento dos recursos não-renováveis;
- Manter-se dentro da capacidade de sustentação da Terra;
- Modificar as atitudes e as práticas pessoais;
- Facultar às comunidades o cuidado de seu próprio meio ambiente;
- Proporcionar um quadro nacional para a integração do desenvolvimento e da conservação;
- Forjar uma aliança mundial.

Princípios estes que podem perfeitamente adequar-se ao planejamento da atividade turística e que nos fornece uma melhor visualização da importância e do respeito que as comunidades autóctones devem merecer nesse contexto.

O Turismo Sustentável surge com a proposta de trazer para a atividade turística aspectos de caráter sustentável através da integração ao destino turístico de forma harmônica e com a preocupação em gerar o mínimo de impactos possível para a biodiversidade, além do comprometimento em gerar melhor qualidade de vida para as comunidades locais, por meio da geração e distribuição de renda, incentivo a preservação da fauna, da flora e da cultura local.

Atender o princípio do turismo sustentável, no que tange a inclusão das comunidades autóctones no processo participativo do turismo, possui como meta o

desenvolvimento endógeno dos destinos turísticos e com isso, atender as diversas carências buscando o bem-estar social, econômico e cultural.

Para Cruz (2008, p. 136):

> Através do fortalecimento das comunidades, cria-se uma rede de cooperação que possibilita a negociação interna e externa, baseando as decisões no entorno econômico e institucional criado, e proporcionando às empresas locais condições favoráveis na busca de recursos, criação de serviços e redes de cooperação entre os atores, aumentando a competitividade entre os mercados nacionais e internacionais.

Cruz nos mostra que para se obter os objetivos esperados requer a organização dessa comunidade em torno de seus principais objetivos, ação essa que depende do interesse dessa comunidade em querer fazer parte desse processo de desenvolvimento turístico. No entanto, para o fortalecimento das comunidades não basta a vontade destas de querer fazer parte desse processo, também é preciso a participação ativa de políticas públicas capazes de identificar e trabalhar as habilidades no que se refere ao conhecimento local, bem como, dar suporte a essas comunidades em seus anseios visando uma atividade sustentável e duradoura em que a matéria-prima seria a própria comunidade com seus recursos humanos, ambientais e culturais.

5 OBJETIVOS ESPERADOS ATRAVÉS DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS AÇÕES DO TURISMO

Através da participação popular no desenvolvimento do turismo nos núcleos receptores o que se espera é a melhor interpretação dos anseios populares, baseado no princípio de que não existe conhecedor mais profundo da realidade local do que a própria comunidade que lá vive.

Dentre os objetivos esperados através desse processo participativo das comunidades locais dos destinos turísticos, podemos citar:

a) Criação de um cenário baseado nos anseios da comunidade

A comunidade tem a oportunidade de moldar a atividade turística de acordo com os seus objetivos e através da renda gerada, aplicar em investimentos para a melhoria da qualidade de vida local.

b) Inclusão social

Interesses externos não devem sucumbir aos interesses locais. Desse modo, inserir a comunidade em uma forma ativa de participação das decisões é contribuir para a inclusão social através de um processo horizontal de planejamento.

c) Incentivo a proteção dos recursos naturais e culturais locais

Através do reconhecimento de que a preservação e valorização dos recursos naturais e culturais locais implicam em assegurar a promoção do turismo de forma lucrativa e duradoura, estabelece uma relação de interesse e incentivo na proteção das matérias-primas de seus núcleos receptores.

d) Desenvolvimento da Autoestima da comunidade

A valorização da participação das populações dos núcleos receptores do turismo é ferramenta que contribui para fomentar a autoestima dessas comunidades, fazendo com que estas se sintam parte essencial nesse processo, refletindo no suporte para que o turista desfrute de uma boa experiência, garantindo o desenvolvimento de uma atividade econômica menos impactantes, em que os principais atrativos são os recursos endógenos dessa comunidade.

e) Reprodução de um ambiente hospitaleiro para os turistas e visitantes

Estruturar o turismo sob o olhar das comunidades receptoras certamente aumenta a probabilidade da criação de um ambiente onde estes se sentirão bem, fato que repercuti positivamente na hospitalidade local, pois se o morador vivencia

um planejamento turístico participativo e colhe bons resultados desse processo certamente verá na demanda turística algo a se zelar e acolher bem.

A participação das comunidades locais muito tem a contribuir para o desenvolvimento do turismo em seus núcleos receptores, sua ausência pode acarretar na construção de um ambiente inóspito para o turismo e degradante para os recursos locais.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Integrar a comunidade autóctone dos destinos turísticos aos processos de planejamento, execução e monitoramento das atividades turísticas desenvolvidas em suas localidades, representa além de uma questão ética um importante instrumento de planejamento, que aliado a sua estruturação de forma eficiente e responsável contribui para a diminuição dos impactos negativos, reproduzindo um cenário de bem estar para a comunidade local, de proteção e preservação dos recursos naturais e culturais e de hospitalidade para os turistas e visitantes da área.

O papel da participação local deve ser uma característica presente na atividade turística, visto que se caracteriza como um meio de incentivar os indivíduos a administrarem as próprias áreas de interesse turístico inseridas em suas regiões.

Para tanto, as comunidades necessitam se organizar em prol de seus interesses e se comprometer em desenvolver um turismo pautado nos princípios sustentáveis, não apenas atendendo a participação popular, como também os princípios ligados ao uso racional dos recursos naturais, na valorização e preservação da cultura local e na equidade social. Porém, a responsabilidade da integração comunitária não está apenas a cargo das comunidades. As políticas públicas acarretam a maior responsabilidade nesse processo, pois são elas que devem assegurar as comunidades o suporte necessário para que elas sejam capazes de identificar suas carências e atrativos, garantido, educação, saúde e o suporte necessário para se discutir e por em prática as atividades turísticas de forma sustentável.

REFERÊNCIAS

BECKER, Dinizar Fermiano. **Desenvolvimento sustentável:** necessidades e/ou possibilidade?. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

BOULHOSA, Marinete Silva. **Ecoturismo no Marajó:** O desafio do desenvolvimento sustentável. Belém: NAEA, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Roca, 2003.

CRUZ, Silvia Helena Ribeiro. **Turismo sustentável na Amazõnia**: o contexto de desenvolvimento endógeno. In: FIGEIREDO, Silvio Lima (org). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008.

FIGEIREDO, Silvio Lima. Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia. Belém: NAEA, 1999.

FREITAS, Marcílio. Amazônia e desenvolvimento sustentável: um diálogo que todos os brasileiros deviam conhecer. Petrópolis: Vozes, 2004.

IGNARRA, Luiz Renato. **Fundamentos do turismo**. 2ª ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.

MACHADO, Álvaro. Ecoturismo: um produto viável – A experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

MAGALHÃES, Delcio Ferreira; ANDRADE, Edivan Barros; DIAS, Margarida do Couto. Uma reflexão das possibilidades turísticas e ecoturísticas do município de Ferreira Gomes. Macapá: NAEA, 1999.

MOLINA, E., Sergio. **Turismo e Ecologia.** 1 ed. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

VIOLA, E. J. et. al. Meio **ambiente, desenvolvimento e cidadania:** desafios para as Ciências Sociais. 4ª ed. Florianópolis: Cortez Editora, 2002.